

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O GT-MEIO AMBIENTE

MARIZANE DA FONSECA DUARTE¹; MAURÍCIO PINTO DA SILVA²;

¹ Universidade Federal de Pelotas/CIM/Curso de Gestão Ambiental - Discente
marizanefd@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas/CIM/Curso de Gestão Ambiental – Professor/Orientador
mauriciomercosul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As ações humanas sobre o meio ambiente estão cada vez mais causando impactos de dimensões complexas, tanto quantitativa como qualitativamente. O desenvolvimento e bem-estar humano requerem um equilíbrio dinâmico entre população, capacidade do meio ambiente e vitalidade produtiva.

Afirma LEFF (2009, p.25)

Os potenciais da natureza são reduzidos à sua valorização do mercado como capital natural, o trabalho, os princípios éticos, os valores culturais, as potencialidades do homem e sua capacidade inventiva são reconvertidos em formas funcionais de um capital humano. Tudo pode ser reduzido a um valor de mercado, representável nos códigos do capital.

Nesse contexto, a agenda internacional do meio ambiente tem trazido relevantes trabalhos para o desenvolvimento de ações em prol de um regime transnacional, na convergência do plano ambiental internacional, como exemplo a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); a Conferência do Rio de Janeiro em 1992 – Rio 92 – denominada Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Conferência de Johannesburgo, África do Sul, em 2002; e a Conferência Rio + 20; recentemente; bem como, os vários instrumentos da ordem ambiental internacional como: Relatório de Brundtland; Protocolo de Kyoto; Convenção do Clima e a convenção da Biodiversidade.

Os sérios problemas ambientais que afetavam o mundo foi a causa da convocação pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1968, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que veio a se realizar em junho de 1972 em Estocolmo.

A conferência de Estocolmo, em 1972, constitui-se em um momento respeitável e histórico para a evolução do tratamento das questões ambientais no plano internacional e também no âmbito interno de grande parte dos países, em muitos, se criaram Ministérios e Secretarias específicas para o tema ambiental, como é o caso do Brasil.

Nesse sentido, o trabalho tem por objetivo apresentar a temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, bem como, a trajetória recente do Grupo de Trabalho – GT sobre o Meio Ambiente, entre os anos de 2016 e 2017, na cidade de Pelotas/RS. Cabe destacar que o trabalho foi desenvolvido no âmbito das atividades da disciplina de Estado, Mercado e a Economia do Meio Ambiente, do curso de Gestão Ambiental do Centro de Integração do Mercosul da UFPel.

2. METODOLOGIA

Para a realização deste estudo preliminar foram realizadas pesquisas bibliográficas e estudo documental, em uma abordagem qualitativa deste processo socioambiental.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Metas do Milênio foram lançadas no âmbito da Declaração do Milênio (2000) em Nova York, por ocasião da Cúpula do Milênio. Participaram deste evento representantes de 189 países. Naquele momento, concordaram em reduzir a miséria até o ano de 2015, com a adoção dos oito objetivos: erradicar a extrema pobreza e a fome; assegurar a educação primária a todos; promover a igualdade entre os sexos; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater a AIDS; assegurar um meio ambiente sustentável; e promover um comércio equitativo. Iniciativas estas reconhecidas como os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)”, com o apoio de diferentes líderes de todas as nações do Sistema ONU, entre elas o Brasil.

Em 2015 a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (setembro) aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esta agenda consiste, em uma Declaração contendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. O conjunto de objetivos e metas demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal.

Os ODS aprovados foram inspirados nas bases estabelecidas pelos ODM, e construídos de maneira a completar o trabalho, e responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. A Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. A ação busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável (ONU/PNUD, 2016).

Os 17 ODSs são: 1. Erradicação da pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2. Erradicação da fome: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3. Saúde de qualidade: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4. Educação de qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5. Igualdade de gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6. Água limpa e saneamento: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; 7. Energias renováveis: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; 8. Empregos dignos e crescimento econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 9. Inovação e infraestrutura: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10. Redução das desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11. Cidades e comunidades sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12. Consumo responsável: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13. Combate às alterações climáticas: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; 14. Vida debaixo d'água: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15. Vida sobre a Terra: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; 16. Paz e justiça: Promover

sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; 17. Parcerias pelas metas: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Em Pelotas/RS, o Grupo de Trabalho sobre a temática do meio ambiente foi constituído em 25 de agosto de 2016, na sede do SEBRAE/Pelotas, situado à rua Félix da Cunha, 618. Naquela oportunidade participaram representantes do curso de Gestão Ambiental da UFPel; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA; Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo; Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas-SANEP; FEPAM (Balcão Ambiental/Pelotas); Laboratório de Conforto e Eficiência Energética – LABCEE/FAurb/UFPel.

Os ODSs indicados pelo grupo para compor as ações do GT-Meio Ambiente foram: 2. Erradicação da fome; 6. Água limpa e Saneamento; 7. Energias renováveis; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo responsável; 13. Combate às alterações climáticas; 14. Vida debaixo d'água; Vida sobre a Terra. Seguindo a metodologia proposta pelo SEBRAE (parceiro Nacional na implantação dos ODS) o grupo passou a definir o conteúdo do Plano de Ação.

Quanto ao Objetivo Geral: Articular ações institucionais e cidadãos visando o desenvolvimento e a gestão da cultura de práticas sustentáveis e inclusivas em Pelotas. Quanto as justificativas para a proposta de criação do GT, encontram-se: a proposição de práticas sustentáveis; a necessidade de trabalhar com indicadores; a disseminação de uma cultura sustentável; a articulação entre atores relacionados com a temática ambiental; o uso racional dos recursos ambientais para fins sociais e econômicos; e a necessidade de implementar ações eficazes de educação ambiental.

Quanto ao público alvo do GT foram identificadas a população em geral; os atores da área governamental relacionados à temática ambiental; os atores da iniciativa privada relacionados à área ambiental; e as escolas de Educação Básica. A premissa que orientaria o GT seria a de “promoção do bem-estar e da segurança socioambiental, por meio de ações integradas e articuladas”.

Quanto ao foco de atuação, o GT definiu algumas áreas, que estão indicadas da seguinte forma: diminuição do consumo de energia elétrica residencial e industrial; diminuição das emissões de CO₂; diminuição do consumo de água; ampliação da capacidade da rede de coleta e tratamento do esgoto sanitário; ampliação da área de abrangência da coleta urbana e rural de resíduos; ampliação da área e da capacidade da coleta seletiva de resíduos para reciclagem na área urbana e rural; efetivação e Ampliação das áreas verdes (urbano); ampliação da regularização fundiária (considerando Plano Diretor, condicionantes ambientais); efetivação de ações e projetos formal e informal de Educação Ambiental, a exemplo do Projeto Adote uma Escola do SANEP; efetivação de ações e projetos de segurança alimentar e melhoria da nutrição, especialmente nas Escolas; acompanhamento PGRSS; e efetivação de ações e projetos relacionadas a agricultura sustentável.

Cabe destacar que desde 2004, a disseminação e implantação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, atualmente, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estão sendo alcançados no Brasil com a implantação dos Núcleos Estaduais e, partir deles estão sendo criados os Núcleos Municipais dos ODS. Em síntese, o Núcleo tem a missão estratégica de manter viva a dinâmica dos trabalhos para o alcance dos ODS, de ajudar a estabelecer as prioridades, definir projetos e monitorar resultados, além de

articular contatos com representantes dos governos locais, dos Poderes Legislativo e Judiciário, da sociedade civil e do setor produtivo e de disseminar os ODSs na e para a sociedade.

4. CONCLUSÕES

Os ODSs exigirão da sociedade habilidades diversas, permitindo que em diversas definições para uma mesma coisa, milhares de estudos, reflexões e infinitos direcionamentos, possam de fato alterar os rumos da relação estabelecida com a natureza. Tratar sobre alterações profundas, como o extermínio da sacola plástica, diminuição do consumismo e direcionar este para marcas verdes e “amigas do meio ambiente” a fim de diminuir nossa pegada ecológica e investir em causas merecedoras tornam-se agendas desafiadoras.

Nesse sentido a Agenda 21 propõe **Pensar globalmente, agir localmente**, em seu capítulo 28 destaca o papel dos governos locais na disseminação e implantação de ações e projetos de desenvolvimento sustentável. Atualmente o GT-Meio Ambiente encontra-se em fase de reestruturação administrativa/organizacional e, buscará junto a novos parceiros o restabelecimento da agenda de ações relacionadas ao tema ambiental.

Por fim, cabe destacar que ODSs se constituem em um conjunto de objetivos e metas que demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. A ação busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável (ONU/PNUD, 2016).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augustina. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**/ Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ONU/PNUD,, **Plataforma ODS**, 2015. Disponível em:
<<http://plataformaods.org.br/o-que-sao-os-ods/historia/>>.